



**PESQUISA APLICADA EM ESTÁGIO DE URBANISMO: PATRIMÔNIO
IMATERIAL - TRADIÇÕES REPASSADAS POR GERAÇÕES INFLUENCIANDO A
UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS.**

MEURER, Sabrina Patricia.¹

SIMONI, Tainã Lopes.²

RESUMO

O presente artigo objetiva identificar como o patrimônio imaterial influencia o uso dos espaços urbanos. Apresentando o patrimônio imaterial como um importante fator para a identidade de grupos sociais. Essa identidade local caracteriza a forma como a comunidade utiliza seus espaços, conferindo uma relação entre as pessoas e o lugar. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida utilizando-se de uma metodologia qualitativa e bibliográfica, resgatando publicações e bibliografias acessíveis sobre o assunto a ser abordado. Dessa forma, verificou-se a relevância do patrimônio imaterial, criado pelas comunidades e repassados pelas gerações, na construção dos lugares onde esses conhecimentos são expressos. Por fim, considera-se como significativo para o entendimento entre a relação das expressões culturais nos meios urbanos para a compreensão da importância da preservação desse bem e para o planejamento de futuras intervenções nesses lugares fundamentais para o patrimônio imaterial.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio imaterial, Urbanismo, Identidade urbana.

1. INTRODUÇÃO

A diferenciação do patrimônio imaterial da humanidade foi criada em 1997 pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, com o intuito de proteger e reconhecer o patrimônio cultural imaterial, abrangendo manifestações populares e os seus lugares, palco para a realização dessas expressividades (PEREIRA, 2012).

Dentro desse contexto a pesquisa busca investigar o patrimônio imaterial como um influenciador da utilização dos espaços urbanos pelas comunidades. Objetivando identificar como essa influência afeta caracteriza grupos sociais como também os espaços onde se expressam os saberes, expressões, celebrações.

Justifica-se a pesquisa pelos conhecimentos que serão compartilhados no meio acadêmico/científico em relação ao patrimônio histórico e suas representações. No âmbito profissional a pesquisa oferece conhecimentos para que se possa compreender o processo de

¹Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz – Cascavel, PR. E-mail: sabrinameurer08@hotmail.com.

²Professora orientadora, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. E-mail: tai_lopes@hotmail.com.



formação vinculado ao bem imaterial e o ser. Economicamente, auxiliará no entendimento da importância representada pelo bem imaterial e como ele pode influenciar na economia de uma cidade e, socialmente, a pesquisa contribui manifestando a importância representada pelo patrimônio imaterial nas relações entre as pessoas que frequentam determinado espaço urbano influenciando os usos de um determinado local.

Com isso, a pesquisa abordará o assunto apresentando como se deu a gênese do patrimônio histórico, como um todo, até a compreensão da categorização de patrimônio material, natural e imaterial. Além disso, retratará exemplos de patrimônios imateriais e como esse bem afeta a utilização dos espaços urbanos.

Para isso, o estudo realiza-se por meio de uma pesquisa bibliográfica/ensaio teórico sobre o assunto a ser abordado.

2. GÊNESE DO PATRIMÔNIO

A noção acerca do patrimônio tem sua gênese, de acordo com Funari, Pelegrini (2006), relacionada com o direito da propriedade entre os romanos, abrangendo os interesses aristocráticos e no âmbito privado. Ou seja, os bens eram repassados entre os membros pertencentes às elites, que eram aqueles que detinham propriedades, chamado por eles de *patrimonium*. Esse fator acabava restringindo a quantidade de pessoas que possuíam patrimônio, pelo fato de que a maioria da população romana não possuía nem propriedades nem escravos, dessa forma a noção de patrimônio não era compartilhada por toda a sociedade. Apenas após a difusão da religião Cristã, no período da Idade Média, é que a ideia de patrimônio começa a ter maior amplitude e ter um aspecto mais coletivo. O cristianismo proporcionou as pessoas um ambiente para professar sua fé, com o culto aos santos e as relíquias relacionadas à religião, devido a isso, não só a elite mas aqueles que não detinham propriedades, passaram a ter um sentido e a sentirem que aquilo também lhes pertencia (FUNARI, PELEGRINI, 2006).

No século XVIII, com a Revolução Francesa e com uma nova ordem política estabelecida, é que o conceito atual de patrimônio começa a surgir. Essa mudança ocasiona a difusão do idioma nacional, o francês, por meio das escolas, pois, anteriormente, apenas a elite dominava o idioma. Além da língua falada, as escolas proporcionaram o entendimento de origem comum entre as pessoas, e esse fato, deu a população uma noção de pertencimento ao



local. Com isso, o sentimento de nacionalidade começou a aflorar, transcendendo a concepção de patrimônio privado para um patrimônio relacionado a nacionalidade (TORELLY, 2012; FUNARI, PELEGRINI, 2006).

Relacionado ao sentimento de nacionalidade, os monumentos, objetos também pertencem ao patrimônio, segundo Poulot (2009), testemunhando como outras gerações viveram em outras épocas. Ou ainda, de acordo com Varas (1999), pertence ao patrimônio todo material deixado pela humanidade, deixando marcada a existência de uma comunidade e como ocorreu o desenvolvimento de atividades em outra época.

O amadurecimento do conceito e do que pertence ao patrimônio, bem como sua representatividade, fez com que surgissem estudos relacionados ao tema. De acordo com Choay (2001), Alois Riegl (1858-1905) foi um dos estudiosos que dedicou parte dos seus estudos para compreender o patrimônio histórico. A sensibilidade de Riegl voltada para esse assunto deve-se a sua experiência de trabalho em um museu e a sua formação como historiador, filósofo e jurista. Os estudos de Riegl, segundo Varas (1999), apontam a relevância de um monumento, perante uma sociedade, como fator determinante para que seja promovida a preservação do bem, ou seja, as pessoas precisam ver no patrimônio algo que as represente ou faça sentido para o seu cotidiano e, como resultado, elas irão querer manter o bem preservado.

Os estudos voltados ao patrimônio, no Brasil, de acordo com Fonseca (2005), só começaram a surgir na década de 1920. Segundo a autora, é a partir desse momento que políticas começam a surgir para salvaguardar objetos, monumentos e costumes herdados de gerações passadas. É nesse cenário, em 13 de janeiro de 1937, que o presidente Getúlio Vargas, pela Lei nº 378, cria o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Fica a cargo dessa instituição restaurar, identificar, proteger e fiscalizar bens de interesses patrimoniais e pertencentes ao povo brasileiro (IPHAN).

3. PATRIMÔNIO IMATERIAL

Dentro das classificações do patrimônio (material, imaterial e natural) o patrimônio imaterial é uma distinção feita pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – em 1997, para abranger e proteger as manifestações da cultura popular dando o devido reconhecimento aos lugares onde essas expressões se manifestam.



Com isso, o IPHAN, tem o desafio de salvaguardar diferentes referências culturais de diversos grupos que formam e compõem a população brasileira (KOK, 2011).

Conhecido também como bens inatingíveis, o patrimônio imaterial pode ser definido, segundo Kok (2011, p. 233), “como expressões culturais e tradições transmitidas, recriadas de geração em geração, que despertam sentimentos de identidade, solidariedade e continuidade de um grupo ou comunidade”. Ou ainda, de acordo com a definição do artigo 2 da Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizado pela UNESCO em Paris no ano de 2003:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana [...] (UNESCO, 2003, p.4).

Esses grupos sociais e comunidades, de acordo com Brayner (2007), podem ser de alcance local ou não e são representados, por exemplo, em grupos de comerciantes, da igreja, do grupo daqueles que fundaram a cidade, dos seringueiros dentre tantos grupos de expressão cultural. O autor observa que é a partir desses grupos, da interação e convivência, que se constroem as identidades das pessoas e, essa identidade, é estruturada pela história da família, relacionada ao lugar de onde migraram, com o jeito de falar, entre outras individualidades que caracterizam um grupo.

Com isso, as pessoas pertencentes a esses grupos sociais, em suas relações cotidianas, partilham suas memórias e histórias de vida, expressando seus costumes e visões de mundo. Dessa forma, esse compartilhamento conecta as pessoas por um passado comum, por falarem o mesmo idioma, pelos conhecimentos, crenças, costumes em comum. Os traços em comum compartilhados geram um reconhecimento entre as pessoas, ocorrendo uma identificação presentes na memória e na cultura que cada uma traz consigo (BRAYNER, 2007).

3.1 REPRESENTATIVIDADE DO BEM IMATERIAL NO MEIO URBANO

A conexão entre cidade e o patrimônio não é novidade, visto que desde o início do século XX, de acordo com Prata (2009), as circunstâncias do meio urbano sempre



consideraram a prática preservacionista em diversos enfoques e objetivos. Somente nos anos de 1960 e 1970, segundo a autora, é que ideias sobre a necessidade de inclusão e união entre planejamento urbano e questões patrimoniais começam a surgir. Com isso, a junção entre esses dois aspectos, proporciona a inclusão do patrimônio como influenciador na produção de significados nos espaços urbanos. Esse fato, de acordo com a autora, amplia a noção de patrimônio não considerando apenas os bens culturais edificados, nas palavras da autora: “o patrimônio cultural deixa de ser exclusivamente o monumento excepcional em pedra e cal” (PRATA, 2009, p. 11).

O patrimônio cultural possui várias e inúmeras ligações, considerado como parte essencial dentro de um coletivo para a composição da identidade tanto cultural como social de um determinado espaço, conseqüentemente, compondo características de uma comunidade, grupo social (RODRIGUES, s.d). Essa identidade, de acordo Rodrigues (s.d, p.3), “implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso [...]”, com isso a sociedade elabora e retrata suas características por meio de um apego permanente ao passado.

Dessa forma, no próximo capítulo serão apresentados exemplos de patrimônios imateriais que influenciam na preservação de costumes, conhecimentos e expressões repassados de geração a geração, atuando no cotidiano das pessoas e em como elas utilizam os espaços urbanos conferindo uma identidade ao lugar. Para isso, registrado no livro de registros do IPHAN, será abordado cada patrimônio imaterial dentro do seu respectivo Livro de registro.

4. LIVROS DE REGISTROS

Como o IPHAN possui a função de registrar e identificar os bens culturais é nos Livros de Registros que ficam catalogados os patrimônios culturais. Por meio do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, fica instituído o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial” acrescentando ao patrimônio cultural pertencente ao Brasil. É por esse mesmo decreto ainda, que fica intituido o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, tendo como intuito a inserção de inventários para promover a valorização desse tipo de bem (PEREIRA, 2012).

Segundo Pereira (2012, p. 13), “registro significa identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural pelos meios técnicos mais adequados e amplamente



acessíveis ao público, de modo eficiente e completo”. Dessa forma, o IPHAN conta com os quatro Livros de Registro para a inscrição do patrimônio imaterial: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro de Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e o Livro de Registro dos Lugares, os quais serão abordados nesse capítulo de forma individual, com um exemplo para cada situação demonstrando a forma como esse patrimônio imaterial influencia na utilização dos espaços urbanos.

4.1 LIVRO DE REGISTRO DOS SABERES

De acordo com Kok (2011, p.234), esse livro “compreende os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”. Como exemplo de patrimônio imaterial registrado nesse livro, analisou-se a fabricação de panelas de barro, mais conhecidas como “paneiras de Goiabeiras”.

Goiabeiras é um bairro de Vitória – ES, ficando as margens de um manguezal que é parte integrante do processo de fabricação das paneiras (KOK, 2011). O conhecimento, repassado por gerações, abrange em sua maioria as mulheres de um grupo familiar ou de uma comunidade. De origem indígena, a técnica cerâmica é moldada manualmente, com a queima ao ar livre e pintada com uma aplicação de tinta de tanino (OFÍCIO DAS PANEIRAS DE GOIABEIRAS, 2006).

Apesar da mão de obra ser eminentemente feminina, há também a presença de alguns homens em alguns processos como na retirada e transporte da matéria prima. A extração da argila compõe uma das sete etapas da fabricação das panelas, em seguida, tem-se a extração do tanino, com a matéria prima então, molda-se a panela que terá a sua primeira secagem, depois disso ela será raspada (Figura 01), polida e terá a última secagem, por fim passará pela queima e “açote” (processo de pintura das panelas) (NICOLE *et al.*, 2012).



Figura 1: Processo de fabricação da panela.



Fonte: IPHAN

Reunindo elementos das culturas portuguesa, indígena e africana, as moquecas, tortas e panelas de barro constituem um símbolo da característica cultural capixaba (OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS, 2006). Segundo Muniz (2014), foi a partir desta atividade que as Panelas de Goiabeiras receberam uma categoria, representando um papel reconhecido como identidade cultural capixaba. Com isso, fazer parte desse trabalho, dá aos envolvidos o sentimento de pertencimento tanto de um coletivo como ao lugar.

Figura 2: Panelas de Goiabeiras



Fonte: Santos, 2017.



As técnicas envolvidas na produção das panelas confirmam a realidade do local, Marques, Caloti (2013, p.168), observam que:

[...] as Panelas que executam são reconhecidas como genuínas; e essas só podem ser as “Panelas de Goiabeiras Velha”, pois dominam todas as etapas de produção, perpetuam a forma genuína do fabrico, isto é, os elementos tradicionais, e estão inscritas no “lugar de memória” (MARQUES, CALOTI, 2013, p. 168).

Dessa forma, o fato de produzirem panelas de barro está diretamente ligado ao lugar em que são fabricadas. Ou seja, o reconhecimento da técnica está associado também ao local geográfico que ocupam, nas palavras de Marques e Caloti (2013): “não é simplesmente o fato de serem Panelas, mas sim de serem Panelas de Goiabeiras Velha”. Essa afirmação aponta para um território identificando características da atividade exercida pelas pessoas e, como patrimônio, esse conhecimento é repassado de geração a geração.

4.2 LIVRO DE REGISTRO DAS CELEBRAÇÕES

De acordo com Kok (2011, p.234), esse livro compreende “os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social”. O patrimônio imaterial abordado sobre esse Livro é a Celebração do Círio de Nazaré, no estado do Pará, ocorrendo, especialmente, na capital Belém.

A história da devoção a Nossa Senhora de Nazaré no Pará (Figura 03), de acordo com Azevedo (2008), tem seu início em 1700, período um caboclo, conhecido como Plácido, encontra a imagem entre as pedras de um riozinho. A partir desse momento, segundo o autor, começa a devoção à imagem encontrada, porém, apenas em 1970, é que a devoção é oficialmente reconhecida pela Igreja e, não demorando muito, acontece o primeiro Círio, acompanhado também pelo governador da época, que havia sido curado as vésperas da festa pela Virgem. Desde esse momento então, observa que a dedicação a essa manifestação de fé foi se desenvolvendo e aderindo elementos significativos para a celebração, como a corda que os peregrinos carregam durante a peregrinação. Esse elemento aparece no séc. XIX após ter sido utilizada para desencalhar a berlinda de uma local enlameado (AZEVEDO, 2008).



Figura 3: Procissão com a imagem de Nossa Senhora de Nazaré



Fonte: Catedral Divino Espírito Santo

O Círio é marcado por dois momentos. Segundo Kok (2011), primeiramente, acontece o traslado da imagem no período da noite, com iluminação à luz de velas ao longo dos cinco quilômetros entra a Basílica de Nazaré, localidade onde a imagem foi achada, e a Igreja da Sé, onde se vela a Santa. A apoteose da celebração ocorre no domingo, com o retorno da imagem para a Basílica em cortejo. Dos elementos que simbolizam a peregrinação a berlinda caracteriza-se, de acordo com Kok (2011, p.248), por um “andor de vidro adornado de flores no qual a santa é conduzida”. A corda puxada pelos penitentes é feita com material de juta grossa e, de acordo com Teixeira (2017), no ano de 2017 a corda (Figura 04) possuía um comprimento de 800 metros e 50 milímetros de diâmetro. Além desses, a procissão pluvial também compõe o Círio de Nazaré, contando com diversos barcos de variados tamanhos e cores (KOK, 2011).

Figura 4: Peregrinos carregando a corda



Fonte: IPHAN



Durante o período de celebração do Círio, os espaços urbanos têm algumas alterações: ruas principais são fechadas e decoradas, o trânsito literalmente para e o comércio fecha em razão das comemorações, além disso, muitos moradores chegam até mesmo a comprar nova para vestir especialmente no dia do Círio de Nazaré (CÍRIO DE NAZARÉ, 2006).

De acordo com Conceição (2012), a aceitação em larga escala do povo paraense em relação ao Círio se dá devido a identificação entre o povo e a expressividade dessa festa. Segundo a autora, as pessoas veem durante o período da festa, toda a sua história, costumes, suas comidas típicas sendo servidas em barraquinhas montadas pelas esquinas nas ruas, a devoção pela Virgem de Nazaré (que já existia mesmo antes da imagem ser encontrada), enfim características que refletem a identidade daqueles que vivem naquele lugar. Dessa forma, a celebração do Círio de Nazaré, é um patrimônio imaterial que influencia diretamente no cotidiano e no funcionamento da cidade, modificando a paisagem durante o período de comemorações.

4.3 LIVRO DE REGISTRO DAS FORMAS E EXPRESSÃO

Esse livro compreende “as manifestações artísticas em geral”, segundo Kok (2011). O patrimônio imaterial abordado sobre esse Livro será a expressão artística do Frevo, típico das festas de carnaval no nordeste.

Originada pelo povo e em um cenário urbano, a festa de carnaval recifense possui sua própria dança e música. No fim do século XIX e início do século XX, em meio às ruas da cidade, o frevo surgiu com influências dos maxixes, dobrados e marchas, além da contribuição das bandas militares e de quadrilhas europeias (LIMA, 2017). O entendimento da trajetória histórica do frevo é um componente de expressão para a formação da identidade territorial e, além disso, para a organização do meio urbano (FREVO, 2016).

Dentro dos aspectos históricos da formação do frevo (Figura 05), o termo tem sua origem etimológica do verbo ferver, porém, as comunidades menos instruídas pronunciavam o termo como “frever”, dando origem ao termo conhecido atualmente (FREVO, 2016).



Figura 5: Dança do Frevo



Fonte 1: IPHAN

Inicialmente, o frevo era constituído apenas por uma música que arrastava as pessoas pelas ruas e travessas da cidade. Abrindo o caminho, iam à frente os capoeiristas fazendo seus movimentos referentes à luta. Esse gingado, os golpes de capoeira e as rasteiras deram então origem aos passos característicos do frevo. A sombrinha, um dos elementos peculiares dessa dança, originou-se como um instrumento de defesa dos primeiros passistas. Atualmente, a sombrinha é utilizada para dar equilíbrio aos dançarinos (FERNANDES, 2009).

A comemoração do carnaval e do frevo, apesar de ter passado por modificações, processos de degradação e medidas que deslocaram as pessoas que residiam na localidade, ainda continuam acontecendo nos bairros centrais da cidade de Recife. Os espaços urbanos, utilizados durante o período de carnaval, são palco dos preparativos da festa. É nas ruas, pátios e praças onde acontecem os ensaios e desfiles, contando ainda, com a retomada de lembranças dos tempos antigos dos desfiles dos corsos e blocos de frevo (FREVO, 2016).

Dessa forma, o frevo interfere nos espaços urbanos não apenas durante os dias de carnaval, mas também, durante o período antecedente á esses dias de festa. Modificando a utilização dos lugares que tornam-se palco dos ensaios e organização para o desfile da dança do frevo e seus demais componentes.



4.4 LIVRO DE REGISTRO DOS LUGARES

De acordo com Kok (2011, p.234), esse livro é referente ao registro de “mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas”. Dessa forma, para ilustrar um exemplo desse tipo de bem imaterial, o patrimônio a ser abordado será a Feira de Caruaru.

A feira localiza-se na cidade de Caruaru, no Agreste Pernambucano, distante à 140km, aproximadamente, de Recife. Somada a Feira de Caruaru, pode-se incluir a Feira do Gado, ambas aconteciam no centro da cidade por aproximadamente dois séculos. Porém, em 1992, a Feira de Caruaru (Figura 06) foi transferida do centro para outra localidade, o Parque 18 de Maio, e, a Feira do Gado, ficando realocada em um terreno próximo ao Aeroporto. Essa mudança da localização das feiras proporcionou a melhoria do fluxo de pessoas, ocasionando, consequentemente, um aumento no número de feirantes em mais de quinhentos por cento. Dessa forma, o aumento de feirantes ocasiona, proporcionalmente a demanda, uma maior utilização das ruas e dos espaços urbanos da cidade (DOSSIÊ DA FEIRA DE CARUARU, 2006).

Figura 6: Feira da Caruaru



Fonte: IPHAN

A Feira de Caruaru, de acordo com Lima e Vasconcelos (2006) que é composta por diversas feiras com os mais variados produtos, tem sua grande movimentação da madrugada



de segunda para terça feira. Esse é o ápice da agitação no espaço cultural, nos demais dias, a feira funciona com um movimento que permite uma visitação mais calma, considerado como o momento mais indicado para que os turistas frequentem o local (LIMA e VASCONCELOS, 2006).

Historicamente, as cidades se originaram de aglomerações de feiras e mercados, pontos de encontro para a comercialização de produtos e, em relação a Feira de Caruaru, não aconteceu diferente. Porém, a feira além de ter dado origem a cidade tornou-se um Lugar, ambiente de encontro de culturas significativas, local específico onde ocorre, de acordo com o Dossiê da Feira de Caruaru (2006, p. 66), “expressão maior da vida da cidade, do município e de toda a região circunvizinha”. Tornou-se o local certo para que as pessoas da região se encontrassem para mostrar sua criatividade artística e seus produtos com produção própria. Dessa forma, além da comercialização, do aspecto econômico, a feira é o lugar, o espaço urbano, onde ocorre a preservação da identidade local, mantendo conservada a cultura daqueles que vivem na região (Dossiê da Feira de Caruaru, 2006).

6. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho é de caráter qualitativo, a qual, conforme Marconi e Lakatos (2011) preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos. Esta pesquisa pode ser classificada também, como pesquisa bibliográfica pois, segundo Marconi e Lakatos (2013) é realizada abrangendo toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, até os meios de comunicação orais e audiovisuais. Toda essa bibliografia tem por finalidade colocar o pesquisador em contato com tudo o que já foi escrito.

7. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Levando em consideração a utilização dos espaços urbanos influenciados pelo patrimônio histórico imaterial, aborda-se essa questão de acordo com Santos (1997). O autor observa que o traço comum da paisagem urbana é justamente a combinação entre objetos naturais e objetos fabricados, ou seja, objetos sociais somados a consequente aglomeração de atividades de gerações passadas. Com isso, o autor define dois pontos principais sobre a



paisagem urbana. O primeiro deles como os objetos naturais, caracterizado por aquilo que não foi criado nem tocado pelo homem e, em segundo, os objetos sociais, como sendo aqueles que testemunham o trabalho de gerações passadas. Com isso, as expressões, conhecimentos e celebrações considerados como bens patrimoniais imateriais se enquadram nos objetos sociais, agindo como influenciadores nos espaços urbanos.

De acordo com Feiber (2008, p. 33), os estudos envolvendo o Lugar na Nova Geografia Cultural, tomam como ponto de partida “que os indivíduos se relacionam com o meio através de diferentes contextos sógnicos e simbólicos”. Essa relação com o espaço produz uma paisagem, que de acordo com Santos (2014):

[...] é o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade (SANTOS, 2014, p. 85).

Dentro desse cenário, pode-se observar, nos exemplos de patrimônios imateriais, como a sociedade influencia os espaços urbanos. Alguns exemplos, como o ofício das paneleiras de Goiabeiras e a Feira de Caruaru, que ocorrem durante todo o ano, identificam os espaços por suas características na utilização do lugar em que ocorrem. Já as celebrações do Círio de Nazaré e o Carnaval com o Frevo, ocorrem em épocas específicas do ano, conferindo uma movimentação e caracterização pontual. Porém, apesar de acontecerem de forma contínua ou em determinado período do ano, essas expressões são produtos da sociedade, fazem parte do lugar em que ocorrem. Dentro desse aspecto, Santos (2014, p. 85) aborda o espaço como uma combinação de fixos e fluxos: “o espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço”.

Landim (2004, p.42) observa que a “produção cultural se dá no espaço e no tempo, e os momentos históricos refletem-se nas paisagens”. Assim, o patrimônio imaterial, como produto da sociedade, caracteriza os espaços urbanos com suas peculiaridades, expressando como vivem aquela comunidade, seus costumes e crenças.



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou fazer um levantamento teórico acerca do patrimônio imaterial e sua influência no espaço urbano. Dessa forma, abordou-se sobre a gênese do patrimônio apontando a relevância que esses bens representam para as sociedades relacionadas. Essa ligação entre comunidade e patrimônio, como visto, se dá pela transferência de conhecimentos passados de gerações a gerações, as quais criam um vínculo entre o grupo social e o lugar.

O patrimônio imaterial, registrado no Livro dos Registros, conserva os conhecimentos, expressões e celebrações expressadas por comunidades com costumes típicos. Costumes que identificam, caracterizando espaços urbanos com a ocupação e movimentação consequentes desses conhecimentos repassados no decorrer da história.

A compreensão dos impactos causados pelo patrimônio imaterial no meio urbano é de suma importância, uma vez que é nesse espaço onde acontece a expressividade dos saberes e formas de expressão que ligam as pessoas ao local onde vivem. Além disso, conhecer como os espaços urbanos são afetados pelo patrimônio imaterial, ajuda a tomar medidas conscientes em projetos de intervenções e medidas para proporcionar melhorias. Dessa forma, o estudo proporciona uma reflexão para que arquitetos e urbanistas pensem em circunstâncias que não estão materialmente edificadas nos espaços urbanos, mas que se utilizam deste para se expressarem.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. da S. **Círio de Nazaré: A Festa da Fé como comunhão solidária: uma análise teológica a partir da concepção de fé de Juan Luis Segundo**. Tese (doutorado). Faculdade Jesuíta – FAJE. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: < <http://www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/160813-8EhuOMTQ0iZSt.pdf> > Acesso em: 02 nov. 2017.

BRAYNER, N. G. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.



CÍRIO DE NAZARÉ. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_Cirio_m.pdf > Acesso em: 03 nov. 2017.

CONCEIÇÃO, W. da S. O Círio de Nazaré e seu valor simbólico na formação e manutenção da identidade regional paraense. **Revista Sacrilegens**. v. 9, n. 2, p. 4-14, jul-dez, 2012. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2013/03/9-2-2.pdf> > Acesso em: 03 nov. 2017.

DOSSIÊ DA FEIRA DE CARUARU. Recife: IPHAN, 2006. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_feira_de_caruaru.pdf > Acesso em: 03 nov. 2017.

FEIBER, S. D. **O Lugar: Vivências e Significados**. Cascavel: Assoeste, 2008.

FERNANDES, B. G. M. **Turismo e Manifestações Culturais: Uma análise do Frevo e do Maracatu enquanto Produtos Turísticos**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba-PR, 2009. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2159-1.pdf> > Acesso em: 03 nov. 2017.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

FREVO. Brasília, DF: IPHAN, 2016. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DossieIphan14_Frevo_web.pdf > Acesso em: 03 nov. 2017.

FUNARI, P. P. A; PELEGRINI, S. de C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

IPHAN. **O IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872> > Acesso em: 31 de outubro de 2016.

_____. **O patrimônio do imigrante**. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v2_m.pdf > Acesso em: 16/03/2017.

KOK, G. **Memórias do Brasil: uma viagem pelo patrimônio artístico, histórico, cultural e ambiental**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

LANDIM, P. da C. **Desenho da Paisagem Urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LIMA, C. M. de A. R. **Frevo**. 2017. Disponível em: < http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=442 > Acesso em: 03 nov. 2017.



LIMA, I. de S.; VASCONCELOS, G. de O. S. de. **Cultura Popular, Extensão Rural e Desenvolvimento Local: trajetória de resistência da Feira de Caruaru**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN, 2006. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1487-1.pdf> > Acesso em: 03 nov. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUES, M. de S. e CALOTI, V de A. As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. v. XXVI, p. 163-185, 2013. Disponível em: < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11885.pdf> > Acesso em: 02 nov. 2017.

MUNIZ, G. D. **Paneleiras de Goiabeiras & Paneleiros de Guarapari: Limites e influências entre patrimônio cultural, artesanato e mercado**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: < http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_7872_Disserta%E7%E3o%20Geyza%20FINAL.pdf > Acesso em: 02 nov. 2017.

NICOLE, B. C; NASCIMENTO, J.C do; MARQUES, M. de S.; COSTA, M. H. T.; PEREIRA, P. H. M.; PRADO, R. V do; CALOTI, V. de A.; As paneleiras de Goiabeiras e a arte de fazer panela de barro. **Revista Simbiótica**. v. ún., n. 01. p. 16-52. Jun. 2012.

OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. Brasília, DF: IPHAN, 2006. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_oficio_paneleiras_goiabeiras.pdf > Acesso em: 2 nov. 2017.

PEREIRA, E. da S. **Patrimônio Cultural Imaterial: Uma reflexão sobre o registro do bem cultural como forma de preservação**. Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos. São Paulo, USP, 2012. Disponível em: < <http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/448-1262-1-PB.pdf> > Acesso em: 07 out. 2017.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira, São Paulo, 2009.

PRATA, J. M. **Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo**. 2009. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo. Disponível em: < file:///C:/Users/Sabrina%20Meurer/Downloads/prata_j.pdf > Acesso em: 04 nov. 2017.

RODRIGUES, D. **Patrimônio Cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica**. s.d. Disponível em: < <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum->



n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf > Acesso em: 04 nov. 2017.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. Colaboração com Denise Elias. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 6ª ed., 2014.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TEIXEIRA, A. **Círio 2017: Corda chegou hoje em Belém**. Disponível em: < <http://ciriodenazare.com.br/site/wp-content/uploads/2017/09/DY6A0976.jpg> > Acesso em: 03 nov. 2017.

TORELLY, L. P. P. **Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural**. Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v.5, n.2, jul/dez. 2012. Disponível em: < http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/109 > Acesso em: 10 out. 2016.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf> > Acesso em: 30 set. 2017.

VARAS, I. G. **Conservación de Bienes Culturales: teoría, historia, principios y normas**. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1999.